

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

PROJETO HUMAITÁ - NAVEGANTES: O RESGATE DA CIDADANIA

Tânia Marques Strohaecker
Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 123-126, dez., 1995.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38191/24574>

Publicado por
Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 1995
Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

PROJETO HUMAITÁ-NAVEGANTES: O RESGATE DA CIDADANIA

Tânia Marques Strohaecker *

A paisagem urbana de Porto Alegre, rica em formas e símbolos produzidos em diferentes momentos de sua história, apresenta, no entanto, áreas extremamente degradadas que revelam, em última instância, o descaso dos setores público e privado com parcelas significativas do tecido urbano e a conseqüente obsolescência do uso do solo. Bairros antigos como os de São João e Navegantes, referenciais obrigatórios para quem deseja entender o desenvolvimento industrial da cidade e a conseqüente expansão urbana na direção norte pelas classes de média e baixa renda, vinham sendo relegados por sucessivas administrações municipais. O empresariado local, atento à carência de demandas provocada pelo decréscimo populacional das últimas décadas, restringiu os investimentos na manutenção e reforma de seus estabelecimentos, quando não procurou outros bairros mais dinâmicos e populosos para se realocar, contribuindo, assim, para a sua degradação.

A estrutura física dos antigos bairros industriais permaneceu praticamente cristalizada, com poucas transformações quanto às atividades ali desempenhadas, o que gerou um processo de obsolescência de parcela significativa do tecido urbano com a diminuição da população residente e infra-estrutura ociosa, concomitantemente à expansão desenfreada da mancha urbana para os limites do município.

A imagem desses bairros, para a maioria dos porto-alegrenses, está resumida nos seguintes chavões: feio, decadente, sujo, velho, inseguro, carente de opções de lazer, deserto após o horário comercial, alagadiço, desconectado à malha viária mais recente. No entanto, essa imagem vem sendo desfeita gradativamente, perante os vultosos recursos canalizados para a área pelo poder público municipal nos últimos anos. Esse interesse político pela área, após décadas de abandono, é o tema de nosso trabalho.

Antecedentes – Os bairros em questão foram alvo de vários investimentos municipais quando de seu desenvolvimento até os anos cinquenta como, por exemplo, redes de água, esgoto pluvial, pavimentação e equipamentos públicos. No entanto, a legislação urbanística, consubstanciada nos planos diretores de 1959 e 1979, ao referendar os usos industrial e atacadista como predominantes nessa área, além de considerar algumas ruas comerciais já tradicionais como corredores de comércio e serviços, fez com que o uso residencial fosse extremamente prejudicado, o que levou a uma deterioração das residências mais antigas com o passar dos anos.

Os recursos canalizados para essa área, a partir de então, restringiram-se aos problemas viários de conexão com o resto da cidade e seu entorno, o que acarretou em uma perda de identidade, transformando-a em mero local de passagem. Como exemplos podemos citar a construção da Travessia Régis Bittencourt; a Avenida Castelo Branco, com o objetivo de represar as águas do Guaíba quando das cheias; a implantação do metrô de superfície (Trensurb), que impediu definitivamente a comunicação dos bairros com a orla fluvial e a conseqüente decadência de vários clubes de remo e outros esportes aquáticos que existiam às margens do Guaíba.

As grandes intervenções urbanas são realizadas geralmente em períodos políticos onde impera o autoritarismo. As décadas de sessenta a oitenta foram marcadas pela desarticulação da sociedade civil

perante a ordem instalada, o que facilitou a implantação de obras de vulto, sem grandes resistências da população ali residente.

O movimento emancipacionista da Nova Humaitá – Os programas e projetos eram idealizados nos gabinetes dos prefeitos e governadores e elaborados por assessores e técnicos à revelia da vontade popular. As reivindicações levadas ao poder público pelos moradores e empresariado local foram ignoradas por sucessivas administrações, o que culminou na formação de um movimento emancipacionista que coincidiu, não aleatoriamente, com a implantação de uma democracia ainda incipiente. Esse movimento, liderado por empresários e presidentes de associações de moradores, propunha a formação de um novo município denominado Nova Humaitá, que englobaria os atuais bairros Humaitá, Farrapos, Anchieta e parte de Navegantes. Os limites geográficos do novo município seriam as avenidas Sertório e dos Gaúchos, a Ponte de Cachoeirinha, e os cursos fluviais do Gravataí e Guaíba.

A reunião desses quatro bairros foi estrategicamente pensada para efeitos de emancipação. Além dos limites coincidirem com barreiras físicas naturais ou construídas já consolidadas, eles têm funções distintas. Navegantes e Anchieta como áreas nitidamente de trabalho (usos industrial, comercial atacadista, comércio e serviços) e população residente mínima. Por outro lado, Humaitá e Farrapos como áreas nitidamente residenciais dos estratos médio-baixos e crescimento demográfico significativo. Desse modo, Navegantes e Anchieta responderiam pela arrecadação tributária, enquanto Humaitá e Farrapos seriam responsáveis pela população e eleitorado mínimo para o projeto de emancipação.

O projeto de autorização do plebiscito foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 24 de novembro de 1987. A votação para aprovação do resultado do plebiscito ficou marcada para 10 de abril do ano seguinte, deixando os líderes do movimento esperançosos. No entanto, eles não contavam com a reação contrária dos governos estadual e municipal. Alceu Collares, então prefeito de Porto Alegre, considerou o projeto “oportunista, absurdo e aventureiro”. Em sessão especial da Câmara Municipal (1/12/1987) foi decidida a união da Câmara de Vereadores e da Prefeitura contra a emancipação, pois ela inviabilizaria financeiramente o município. A partir de então esses bairros tornaram-se importantes para o poder público, quando os técnicos fazendários calcularam em cerca de 30 % a sua contribuição fiscal no cômputo geral do município.

Em janeiro de 1988, o governador Pedro Simon vetou a realização do plebiscito fundamentando sua decisão em dois artigos da Constituição Estadual, além de citar os pedidos do Prefeito Collares, da Câmara de Vereadores e a possibilidade de interferência no desenvolvimento da região metropolitana. Em outubro do mesmo ano, o Congresso Nacional promulgou a nova Constituição Federal acabando com as esperanças dos emancipacionistas. O artigo 18, parágrafo 4 da Constituição prevê que “(...) a criação, incorporação, fusão e o desmembramento dos municípios preservarão a continuidade histórico-cultural do ambiente urbano.” Era o fim do sonho da Nova Humaitá.

O projeto Humaitá-Navegantes – No entanto, o movimento reivindicatório não foi em vão. O novo partido que assumiu a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a partir de 1989, com a vitória do petista Olívio Dutra, colocou como uma das prioridades de governo a revitalização da área através do Projeto Humaitá-Navegantes. Esse projeto vinha de encontro à sua plataforma política, que propunha o investimento em áreas até então relegadas pelas antigas administrações municipais, privilegiando a população mais carente.

A área de abrangência do referido projeto compreende os bairros Humaitá, Farrapos e Navegantes, onde vive uma população de cerca de 31.000 habitantes, um terço dela vivendo em subabitações agrupadas em treze vilas populares. Por outro lado, antigas demandas não satisfeitas e reivindicadas pelo empresariado local como a deterioração urbana, a dificuldade de acesso em função de vias truncadas, alagamentos periódicos e infra-estrutura obsoleta, apontavam a necessidade de um projeto global de reestruturação urbana.

O Projeto Humaitá-Navegantes, iniciado em 1990, tem como objetivo primordial reverter o processo de degradação urbana e ambiental através do investimento em habitação popular, saneamento e estruturação viária. No setor habitacional, através de um trabalho conjunto do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) com a comunidade local, foram definidos os reassentamentos das Vilas Tio Zeca, Arcia e April-Dosul, através da construção de mil habitações distribuídas em três núcleos. Essas vilas estão implantadas no leito das ruas Voluntários da Pátria (Arcia) e Dona Teodora (Tio Zeca

e April-Dosul) impedindo a continuidade de tráfego dessas importantes vias da zona norte de Porto Alegre.

O primeiro núcleo constituído de 298 casas (embriões) está em fase de acabamento, devendo ser concluído até agosto de 95; o financiamento da infra-estrutura foi efetivada através do Programa Integrado de Melhorias Sociais (PIMES) e do banco estatal Banrisul. O segundo núcleo, perfazendo 140 casas construídas com sistemas alternativos, através de um convênio com a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), será implantado na Vila Tecnológica, a partir de protocolo firmado com o governo federal através do Programa de Difusão Tecnológica para a Construção de Habitações de Baixo Custo (PROTECH), com financiamento da Caixa Econômica Federal. O terceiro núcleo habitacional está em processo de negociação com a recém-extinta Companhia de Habitação (COHAB) do governo estadual. A Prefeitura pretende adquirir a gleba de propriedade do Estado para assentar 460 famílias.

O importante nesse processo de reassentamento é que a população diretamente envolvida participa de forma ativa em todas as etapas, da discussão do projeto à fiscalização das obras, apontando as irregularidades que porventura venham a ocorrer. Outro ponto significativo é que o local escolhido para o reassentamento é relativamente próximo à vila irregular, não comprometendo assim as relações de trabalho e outros vínculos sociais dos moradores.

Os investimentos no setor de saneamento vêm sendo direcionados para o abastecimento de água (construção, recuperação e substituição de redes); esgotamento pluvial através de obras de macrodrenagem (construção de coletores, reforma da Casa de Bombas n. 5, canalização do valão existente junto à Vila Arcia, canalização pluvial na Av. Dona Teodora entre as vias A. J. Renner e Frederico Mentz); esgotamento cloacal (ligação de 1670 ramais em fase de execução). No setor de estruturação viária os investimentos têm sido direcionados para a construção de vias (prolongamento das vias Dona Teodora, Voluntários da Pátria e Frederico Mentz) e pavimentação de vias (cerca de 4.600 metros). As obras previstas para o setor serão importantíssimas para desafogar o trânsito caótico e truncado da zona norte de Porto Alegre.

A maioria das obras em fase de execução e de projeto estão sendo realizadas com recursos próprios do município, a partir de discussão prévia no Orçamento Participativo, que direciona e prioriza os investimentos nas 16 regiões da cidade para o exercício posterior, e algumas, de caráter especial, são financiadas pelo Programa Integrado de Melhorias Sociais (PIMES).

Além desses setores prioritários de investimentos, a prefeitura vêm investindo nos setores de meio ambiente (coleta seletiva de lixo domiciliar e projeto de construção de uma unidade de reciclagem de lixo), transporte coletivo (ampliação de linhas de ônibus), áreas verdes (melhorias no Parque Mascarenhas de Moraes e reformas em 25 praças da Vila Farrapos) e educação (construção da Escola Municipal Antônio Giudice).

O programa Luzes da Cidade, por outro lado, implantou um sistema diferenciado de iluminação pública nos principais acessos de Porto Alegre (Av. Castelo Branco, sistema de pontes e trevos sob o Guaíba, Av. dos Estados, entre outros), o que melhorou significativamente a iluminação das principais artérias viárias que limitam a área.

A parceria público-privado -- As demandas atendidas pelo poder público municipal têm sido elogiadas pelo empresariado local que se dispõe, inclusive, a colaborar com a prefeitura em determinadas obras ou tarefas. Daniel Ninov, da Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), cita como exemplo a empresa transportadora Tresmaiese, que mostrou interesse em auxiliar a Prefeitura quando da remoção dos moradores das vilas Tio Zeca e Areia, a maioria deles trabalhadores assalariados das empresas transportadoras da área, através do empréstimo de caminhões para transporte das famílias e de seus pertences, com auxílio de funcionários da empresa e fornecimento de alimentação para as famílias e funcionários públicos designados para o trabalho nos dias de reassentamento.

O Grupo Renner mostrou interesse também em adotar a área sob o conjunto de trevos e acessos à Ponte do Guaíba, nas imediações do DC Navegantes, como área de estacionamento para o *shopping* de descontos. Em contrapartida, a área seria urbanizada e ajardinada, evitando-se, assim, as constantes invasões por subabitações. O DC Navegantes, em convênio com a Renner Produtos Têxteis, Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC) de Porto Alegre e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) desenvolve, desde dezembro de 1994, um projeto comunitário de integração de menores carentes ao setor formal da economia. Os meninos, na faixa etária de dez a quatorze anos,

pediam dinheiro nas ruas adjacentes às lojas de fábrica da Têxtil RV, Rio Guaíba e Lee. A inauguração do *shopping* de descontos – com vagas internas de estacionamento – acabou com essa atividade. Através do Projeto Turminha do Verde eles recebem aulas teóricas e práticas de jardinagem ministradas por um técnico do SENAC, além de uma bolsa-auxílio de meio salário mínimo, uma cesta básica de alimentos e uniformes. (ZERO HORA, 5/03/1995, p.5, Caderno de Empregos)

Essa parceria público/privado não tem o caráter de filantropia ou benemerência social, o interesse maior dos empresários locais está claramente definido: a valorização de seus empreendimentos. A novidade é que a iniciativa privada não fica isolada do processo de reestruturação urbana, ela é um dos agentes primordiais na (re)produção da cidade como portadora de iniciativas. A privatização do bem público e a cultura do favorecimento são descartadas perante a transparência dos processos decisórios das instâncias de articulação da sociedade na busca de soluções para os problemas gerais da cidade.

O Estado torna-se, assim, um coordenador das iniciativas isoladas empreendidas pelos diferentes agentes sociais, articulando-as de tal forma, que passam a ser um instrumento de caráter coletivo.

Articulação da sociedade civil – A partir do Projeto Humaitá-Navegantes e da democratização das demandas comunitárias através do Orçamento Participativo, a sociedade civil passou a se articular de várias formas, procurando captar os principais anseios dos bairros. Segundo a região Humaitá-Navegantes-Illhas, uma das 16 regiões da cidade, as prioridades de investimentos para o ano de 1996 são a questão habitacional (regularização fundiária) e o saneamento básico (macrodrenagem).

A retomada dos investimentos do setor público nesses bairros foi decisiva para animar os líderes comunitários a reivindicar outras melhorias a longo prazo, como o Projeto Parque da Ponte, que visa qualificar a área sob a Travessia Régis Bittencourt (Ponte do Guaíba) através de um complexo de lazer que incluiria o restaurante da Doca Turística, o Estádio Náutico e o desenvolvimento na área da prática de esportes náuticos.

Recentemente, outra iniciativa das lideranças comunitárias empreendeu a realização do Primeiro Seminário Alternativas de Desenvolvimento para o Quarto Distrito, com o objetivo de discutir o seu futuro através do canal de participação aberto pelo poder público para as mudanças a serem implementadas no presente ano no Plano Diretor de Porto Alegre.

As várias iniciativas comunitárias demonstram o despertar da cidadania e o respeito que o poder público passou a ter com os anseios da população. Acima das ideologias e dos partidos políticos fica o saldo positivo de que finalmente o público e o privado começam a se entender...

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Prestação de contas 94: o mapa da cidadania*. Porto Alegre: PMPA, dezembro de 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL PORTO ALEGRE. *Projeto Humaitá-Navegantes*. Porto Alegre: PMPA, dez. 1994.

_____. *O papel do público e do privado na construção da cidade*. Porto Alegre: PMPA, dezembro de 1993.

_____. *Porto Alegre mais: cidade constituinte 95*. Porto Alegre: PMPA, março de 1995.

_____. *Congresso da cidade: diretrizes para Porto Alegre*. Porto Alegre: PMPA, dezembro de 1993.

Seminário discutirá alternativas de desenvolvimento para o Quarto Distrito. Porto Alegre: *Jornal Quarto Distrito*, 29 de junho de 1995, p.1 e 3.

SEMINÁRIO ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O QUARTO DISTRITO. Porto Alegre: SESC/*Jornal Quarto Distrito*, de 3 a 5 de julho de 1995.

STROHAECKER, T. M. *Evolução e tendências de um bairro de Porto Alegre*. Porto Alegre: PROPUR/CNPq/UFRGS, 1993. (Relatório de pesquisa)

Menores carentes aprendem jardinagem em um shopping. Porto Alegre, *Zero Hora*, 5/03/1995, p.5, Caderno de Empregos.

* Professora no Departamento de Geografia da UFRGS.